

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL INCLUSIVA

Thamirys Pinheiro Cruz¹

Débora Freire de Lima²

Disneylândia Maria Ribeiro³

RESUMO

A presença de estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista no sistema comum de ensino tem demonstrado avanços no âmbito das políticas públicas, ao mesmo tempo que tem demandado uma reconfiguração da formação docente e do fazer pedagógico. Logo, o presente escrito tem como objetivo discutir a formação de professores(as) no contexto da política de inclusão escolar. Este estudo foi desenvolvido na disciplina Educação Especial e Inclusão no 5º período do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros. Trata-se de uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, cujas fontes de coleta de dados foram: livros, artigos, teses e dissertações que abordam o tema em discussão. O referencial teórico da pesquisa está organizado em dois eixos de discussão: A perspectiva educacional inclusiva (MANTOAN, 2013, 2020; BUENO, 1999; LUSTOSA, 2009) e Formação de professores/as (RIBEIRO, 2021; RIBEIRO e SANTOS, 2016; DENARI, 2006). Os resultados apontam a necessidade de introduzir nos currículos dos cursos de licenciatura componentes curriculares da área da educação especial, bem como, a importância da formação continuada, promovida, especialmente, pelas universidades agregando teoria e prática. Os(as) professores(as) necessitam de orientação e assistência para romper as barreiras sociais e atitudinais e, por conseguinte, desenvolver concepções mais positivas sobre a deficiência e a pessoa com deficiência. A formação é um elemento de fundamental importância na orquestração de práticas pedagógicas de atenção às diferenças.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Formação de professores, Práticas pedagógicas inclusivas.

INTRODUÇÃO

A inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, nos diversos níveis de ensino, depende de múltiplos fatores, notadamente, da formação de seus professores para atuarem na promoção de sua aprendizagem e participação. A inclusão escolar busca criar

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, thamiryspc.15@gmail.com

² Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, deborafreire357@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, disneylandiaribeiro@uern.br.

ambientes nos quais todos os estudantes sintam-se acolhidos, respeitados e tenham acesso a experiências significativas de desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social. Logo, a formação de professores nessa perspectiva envolve o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para lidar com a diversidade e promover a igualdade de oportunidades na sala de aula. Os professores precisam compreender as bases teóricas e legais da inclusão, assim como as diferentes necessidades e características dos alunos.

Partindo do princípio de que os professores são os principais agentes do processo educativo, instaura-se o desafio de pensar a sua formação em uma perspectiva inclusiva, ética e cidadã frente aos desafios da diversidade humana e das diferenças na escola, tarefa que vem exigindo o envolvimento de profissionais de diferentes formações e âmbitos de atuação (DENARI, 2006).

Assim sendo, o presente escrito tem como objetivo discutir a formação de professores(as) no contexto da política de inclusão escolar, a partir de uma pesquisa teórica realizada no âmbito da disciplina Educação Especial e Inclusão, conforme descrição no próximo tópico.

METODOLOGIA

A referida pesquisa foi desenvolvida na disciplina Educação Especial e Inclusão, ministrada pela Professora Doutora Disneylândia Maria Ribeiro, Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros. Trata-se de uma pesquisa teórica, que na acepção de Demo (2000, p.20) é um gênero de investigação científica "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos".

Os procedimentos empregados envolveram estudos bibliográficos acerca dos referenciais textuais, disponibilizados na referida disciplina. As fontes de coleta de dados foram: livros, artigos, teses e dissertações que abordam o tema em discussão. Dessa forma, o trabalho se organizou em dois eixos de discussão: A perspectiva educacional inclusiva (MANTOAN, 2013, 2020; BUENO, 1999; LUSTOSA, 2009) e Formação de professores/as (VITALIANO, 2012; RIBEIRO, 2021; MICHELS, 2017; CRUZ e GLAT, 2014).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PARADIGMA CONCEITUAL E SOCIAL

Ao longo da história, desde os tempos remotos, revela-se teorias e práticas sociais com a finalidade de segregação, principalmente quando se fala no acesso ao saber. Eram poucas as pessoas que podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e criavam conhecimentos, tendo em vista que esses espaços estavam destinados em sua maioria a elite. Essa realidade sofreu mudanças significativas durante meados do século XX, quando a ascendência do capitalismo no mundo globalizado, exige que as pessoas aprendam a ler e a escrever para poderem trabalhar, o que influencia diretamente na educação, exatamente como afirma Lustosa (2009):

A educação como resgate necessário à (re)estabilização da sociedade, alicerçada nas exigências acirradas por ampliação do nível de escolaridade dos sujeitos, pautada no discurso que advoga a educação como redentora das desigualdades sociais, originadas nas desigualdades econômicas em escala mundial (LUSTOSA, 2009, p.29)

Ou seja, o dever de diminuir as desigualdades sociais é transferido diretamente para o setor da educação, e prega-se a ideia de que é na Escola que os indivíduos terão oportunidade de ascender na vida, e para tanto, a escola deveria ser acessível para todos. Nesse contexto, também vem a tona a realidade dos indivíduos com deficiência, dificuldades de aprendizagem ou ainda, com transtorno do espectro autista, que sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando no imaginário coletivo, a ideia de sujeitos que carecem de uma educação de cunho assistencialista, e não de sujeitos com direitos sociais, entre os quais se incluem o direito à educação em classe comum de ensino.

Em meio aos percalços já apresentados, constrói-se socialmente e politicamente a perspectiva da inclusão escolar, traduzida na ideia de igual acesso à educação para todos. Fruto de muitas lutas, o referido paradigma passou a ser pauta de movimentos sociais, convenções internacionais e da legislação educacional de vários países, dentre eles, o Brasil. A educação inclusiva, começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), que reivindicava o direito e acesso de todos a educação, apresenta como princípios:

Todo aluno possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que são singulares. Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas educativos implementados de tal forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades. (UNESCO, 1994).

Mantoan (2013, p. 18) afirma que “a educação é um direito humano, fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos”. Tendo como garantia não apenas o acesso, mas a sua permanência e aprendizagem em ambientes escolares, os estudantes com deficiência não devem ser submetidos a qualquer tipo de discriminação ou segregação nos processos educacionais. Nessa conjuntura, é preciso que as escolas removam as barreiras sociais e atendam às necessidades de aprendizagem dos seus alunos para a promoção de uma educação de qualidade, observando o rendimento dos seus alunos, pois se o ambiente escolar não está proporcionando a construção de novas habilidades, não vem cumprindo seu papel social.

Dentre os serviços da educação especial numa perspectiva inclusiva, destacamos o Atendimento Educacional Especializado, cuja função é identificar, desenvolver, e instituir recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, reforça a afirmação quando diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A ESCOLA, SUA CULTURA DE RESULTADOS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

A escola enquanto instituição social foi criada para cumprir objetivos, que vão desde a aprendizagem escolar, perpassando a formação de valores e atitudes, para exercer a cidadania. A Constituição Federal de 1998 instituiu a educação como um direito de todos. No entanto, para que esse direito seja assegurado e os objetivos da escola sejam cumpridos, não basta garantir o acesso, é necessário dar condições para que o ensino possa ser efetivo.

No entanto, o que se nota nas escolas é uma preocupação maior com os resultados do que com o processo, isso reflete o ideário de uma cultura que vem se reproduzindo durante muito tempo, a criação do aluno “ideal”. Sob essa óptica, o estudante “ideal” é aquele que alcança os resultados, que acompanha os rendimentos e executa as tarefas com excelência. Um quadro de referência que exclui os alunos que não atendem esse “padrão” de resultados que foi idealizado historicamente. Ao discutir essa questão, Mantoan (2020, p.78) destacou que “a evasão e todas as *démarches* da escola para se livrar dos alunos que ela define como diferente dos demais são marcas de uma instituição que foge de seus objetivos e de suas reais competências, ou seja, preparar cidadãos para a vida pública”.

Diante desse cenário, a escola passa a atuar sobre uma lógica de capital na qual só é útil quem é produtivo, gerando uma competição por resultados individuais dentro e fora do âmbito escolar, excluindo o grupo que não atende o que se espera, ou seja, uma educação que considera padrões de aprendizagem está mais preocupada com o método de ensino do que com o sujeito.

Para atender ao paradigma que representa a inclusão na educação, as escolas e os sistemas de ensino precisam superar as concepções de estudante “ideal” e de um currículo como prática hegemônica. Ademais, cabe ainda refletir sobre o conceito de qualidade que vem sendo difundido, visto que o ensino de excelência nas escolas vem sendo definido através de uma média a qual a instituição precisa se adequar.

Em virtude disso, podemos afirmar que é necessário redirecionar a prática aos diferentes sujeitos e ambientais, uma vez que "Verdades absolutas sobre o aprender e o ensinar precisam ser desaprendidas para que sejam encontrados caminhos que deem conta da diferença de todos nós" (MANTOAN, 2020, p.82). O conceito de diferença não se aplica apenas às características físicas ou intelectuais que não são comuns aos sujeitos, mas ao tempo de aprendizagem, de desenvolvimento pessoal, cognitivo, aos aspectos de formação humana.

Segundo Mantoan (2020, p.85) "O tempo de aprender é subjetivo, é o tempo sem tempo, subjetivo, eterno o agora - passado/presente/futuro. O ato de aprender não cabe no tempo linear, empírico e objetivo, que se conta pelas horas/aula, semestres, anos letivos". Nesse âmbito, compete ao professor uma tarefa que vai muito além da transmissão de informações, mas a flexibilização da práxis pedagógica e a sensibilidade quanto à diversidade de sujeitos presentes em sala de aula. Ou seja, esse professor precisa atuar a partir da subjetividade do seu grupo com estratégias variáveis e adequadas ao contexto.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial na classe comum de ensino, demanda não apenas o acolhimento, mas principalmente, a construção de estratégias pedagógicas que possibilitem a participação e o desenvolvimento da autonomia e das potencialidades destes estudantes. Para tanto, não existe um "manual de instruções", mas a mobilização dos diversos agentes educacionais implicados na tarefa de empreender métodos alternativos e metodologias que atendam às necessidades específicas dos educandos.

Segundo Ribeiro (2021, p. 34) o paradigma da inclusão traz novas exigências para a formação docente, e de modo singular, para a área da educação especial. “No cenário internacional de intensos debates políticos sobre os direitos da pessoa com deficiência, a

inclusão escolar ergue-se, paulatinamente, como ‘referência’ das políticas educacionais brasileiras voltadas para a área”.

Os documentos normativos reconhecem a importância da formação docente no processo de implementação das políticas educacionais de inspiração inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define, no artigo 59, inciso III que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Bueno (1999, p. 18) afirma que, “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir as crianças no ensino regular sem um apoio especializado, que proporcione aos professores dessas classes, orientação e assistência”. Para tanto, ressaltamos a importância da formação continuada, promovida especialmente pelas universidades, agregando teoria e prática.

Para atender ao paradigma que representa a Educação Inclusiva, as entidades responsáveis por formar parte da comunidade escolar, são chamadas a reorganizar seus conteúdos curriculares e revisar suas estratégias de formação, a fim de preparar o professor para a diversidade e as diferenças que cruzam o chão da escola, pois a Educação Inclusiva só terá seus objetivos alcançados se todos os envolvidos neste processo vivenciarem atitudes e valores positivos. Para tanto, é preciso que a inclusão seja introjetada como um objetivo, simultaneamente, individual e coletivo. Como uma mudança de dentro para fora, das partes para o todo (RIBEIRO & SANTOS, 2016, s/p)

A formação de professores deve buscar preparar os educadores para acolher, valorizar e promover o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Isso implica conhecimento teórico, habilidades pedagógicas e atitudes inclusivas, além de colaboração com outros profissionais. A formação contínua e o apoio institucional são essenciais para garantir que os professores sejam agentes efetivos de inclusão e proporcionem uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Além disso, a formação de professores na perspectiva da inclusão deve enfatizar a colaboração e o trabalho em equipe. Os professores precisam ter abertura e diálogo com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas e especialistas em educação inclusiva, para garantir apoio adequado aos alunos que necessitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela partiu de um levantamento bibliográfico sobre a formação de professores para atuar em salas de aulas inclusivas. Os resultados da pesquisa revelaram que tanto os professores em início de carreira, quanto os que já estão na profissão há algum tempo, experimentam dificuldades com a inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, ou seja, aqueles com deficiência, transtorno do espectro autista, com altas habilidades/superdotação (RIBEIRO, 2021).

Um aspecto fundamental da formação de professores é a construção de atitudes e valores de respeito e valorização das diferenças e, por conseguinte, a adoção de abordagens pedagógicas flexíveis e acessíveis às diversas capacidades e estilos de aprendizagem dos estudantes. Os professores também precisam ser formados para identificar e superar as barreiras que podem dificultar a participação plena e efetiva de todos os alunos.

Os resultados apontam também a necessidade de introduzir nos currículos dos cursos de licenciatura componentes curriculares da área da educação especial, bem como, a importância da formação continuada, promovida, especialmente, pelas universidades agregando teoria e prática. Os(as) professores(as) necessitam de orientação e assistência para romper as barreiras sociais e atitudinais e, por conseguinte, desenvolver concepções mais positivas sobre a deficiência e a pessoa com deficiência. A formação é um elemento de fundamental importância na orquestração de práticas pedagógicas de atenção às diferenças.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 9394/96**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. Piracicaba, v. 5, p. 7-25, 1999.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DENARI, Fátima. Um novo olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, David. (org.) **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
- LUSTOSA, Francisca Geny. **Inclusão, o olhar que ensina [manuscrito] : o movimento e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação colaborativa**.

2009. Tese(Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza/CE, 13/04/2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas Escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação e Inclusão: Entendimento, proposições e práticas**. Série Saberes em diálogo; v.8. Blumenau: Edifurb, 2020.

RIBEIRO, Disneylândia Maria. **Docência no paradigma inclusivo: a constituição de saberes e práticas no contexto da formação inicial de professores**. Orientadora: Francisca Geny Lustosa. 2021. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

RIBEIRO, Disneylândia Maria; SANTOS, Silas Nascimento dos. As barreiras atitudinais e a formação de professores: um estudo sobre o conteúdo veiculado pelo jornal do portal do professor. III CONEDU. **Anais**. Campina Grande, PB: Realize, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID5367_27072016141905.pdf. Acesso em: 3 out. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.